

PROGRAMA DE CONCURSO N.º 02. /2020

Referências Legislativas para o Concurso de Recrutamento de 5 (cinco) Auditores para as unidades de fiscalização do Tribunal de Contas de Cabo Verde, em regime de Contrato de Trabalho a Termo, no âmbito da execução de contrato de Subvenção FED/2018/394-995, financiado pela UNIÃO EUROPEIA

TRIBUNAL DE CONTAS

- Organização e funcionamento do Tribunal de Contas – Lei n.º 24/IX/2018, de 2 de fevereiro;

DIREITO DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA

- Lei n.º 88/VIII/2015, de 14 de abril
- Decreto – Lei n.º 50/2015, de 23 de setembro, republicado em 17.11.2015

DIREITO FINANCEIRO, FINANÇAS PÚBLICAS E CONTABILIDADE

- Lei n.º 79/V/98, de 7-12- Imposto único sobre o Património.
- Decreto-lei n.º 18/99, de 26-4 – Regulamento do imposto único sobre o Património
- Decreto-Lei n.º 84/79, de 13-10 - aprova o novo Regulamento Imposto municipal sobre veículos automóveis
- Decreto-Lei n.º 10/2006, de 30 de janeiro- Plano Nacional de contabilidade pública;
- Decreto-lei n.º 37/2011 de 30 de dezembro- Classificadores de receitas e despesas
- Decreto-Lei n.º 26/2013, de 2 de julho- Regime jurídico de deslocações, ajudas de custo e outros abonos a aplicar aos deslocados em serviço no território nacional e no exterior
- Decreto-Lei n.º 204/91, de 30 de dezembro- tabela das ajudas de custo
- Decreto-Lei N.º 29/2001, de 19 de novembro - Princípios e as normas relativas ao regime financeiro à contabilidade e ao controlo da gestão financeira da Administração Central;
- Decreto-Regulamentar N.º 1/2007, de 15 de janeiro – Regulamento o Fundo de manei;
- Decreto-Regulamentar N.º 2/2007, de 15 de janeiro – Regulamenta a missão, Carreira e Recrutamento do Controlo Financeiro;



- Decreto-Regulamentar Nº 3/2007, de 29 de janeiro – Regulamenta o Serviço Ordenador e o Ordenador Financeiro,
- Lei nº 55/IX/2019, de 1 de julho - Lei de Bases do Orçamento do Estado;

SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA E RELATO FINANCEIRO

- Decreto-Lei n.º 5/2008 de 4 de fevereiro – Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro
- Portaria n.º 49/2008 – Código de Contas do SNCRF
- Normas de Relato Financeiro – Despachos Normativos (Todos) publicados no BO I Série n.º 48, de 29 de dezembro de 2008

CONTABILIDADE PÚBLICA

- Conceitos, objeto e objetivos;
- Receitas e despesas públicas;
- Fases do processamento de despesas;
- Orçamento do Estado;
- Orçamento Programa;

TESOURARIA DO ESTADO

- Decreto-Lei n.º 10/2012, de 2 de abril – Regime Jurídico da Tesouraria do Estado;
- Decreto-Lei Nº 28/2012, de 19 de outubro – Documento Único de Cobrança;
- Decreto-lei nº 29/98, de 3 de agosto - Normas e procedimentos relacionados com a gestão do sistema de pagamentos e recebimentos dos organismos que gerem os recursos do Estado.

Handwritten signature

FISCALIDADE

- Contencioso Fiscal (Processo Tributário e Execuções Tributárias);
- Decreto-Lei N° 41/2015, de 27 de agosto – Regime da Inspeção Tributária;
- Decreto-Legislativo N° 3/2014, de 29 de outubro – Regime Jurídico das Infrações Tributárias não Aduaneiras,
- Lei N° 78/VIII/2014, de 31 de dezembro – IRPS.

Tribunal de Contas, sito na Cidade da Praia, aos 27 de outubro de 2020

A Diretora Geral,



/Marta Moreira Lopes Neves/
